

O COTIDIANO PAULISTA NA VIRADA DO SÉCULO: PISTAS PARA REFLEXÃO SOBRE SÃO PAULO - 1995

Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na Cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo, Edusp, 1994,
de Maria Inez Machado Borges Pinto.

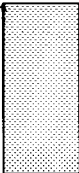
Carolina Moreira Marques*

Este livro é o resultado da tese de doutorado defendida junto ao Departamento de História da FFLCH/USP sob a orientação da Profa. Maria Odila Leite da Silva Dias em 1984. O fato da publicação ser tão recente, 1994, revela a originalidade e atualidade deste trabalho. Original porque, dentro da já bastante desenvolvida historiografia social das classes trabalhadoras (cujo maior expoente talvez seja Thompson, retomado, aliás, pela autora), volta-se para a questão pouco estudada do trabalho informal na cidade de São Paulo na virada do século XIX para o XX. Atual porque, falando deste espaço e deste tempo, desenha um quadro que reconhecemos freqüentemente nas grandes cidades de hoje. E, no entrelaçamento

destes dois aspectos, está uma importante contribuição da autora, não só para a História, mas para as Ciências Sociais em geral. Este livro nos faz rever uma idéia bastante presente, não só no senso comum como também em trabalhos científicos, de que a questão do trabalho informal é um problema recente. Ao contrário, Maria Inez mostra sua dimensão histórica e sua relação com certas situações sociais, econômicas e políticas.

A leitura é das mais agradáveis pois a autora se interessa muito mais por uma descrição qualitativa do que quantitativa do trabalho informal. Suas fontes são jornais de época, crônicas e livros de memórias. Por isso o texto é, ao mesmo tempo, científico e literário. A descrição é cheia de vida. E da vida onde ela é um grande “burburinho”: nas ruas, *locus* privilegiado no qual os trabalhadores informais desenvolvem suas atividades.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP.




No primeiro capítulo, “Pauperização e política imigrantista”, o argumento central é de que a política imigratória da burguesia rural do oeste paulista, no início indiretamente e depois diretamente apoiada pelo governo, gerou uma excessiva oferta de mão-de-obra, sendo sua intenção consciente, com isso, aviltar o salário rural. Conseqüentemente, houve um deslocamento destes trabalhadores para a cidade, cuja população então se transformou radicalmente em termos quanti-tativos, porque cresceu vertiginosamente, e quali-tativos, porque sugiu uma nova camada constituída por imigrantes pobres. Além disso, a autora descreve em detalhe uma outra série de fatores secundários, mas talvez até mais interessantes, que reforçaram este processo, tais como: a crise do café, as más condições de trabalho na lavoura (ha-bituação, alimentação, etc.), os maus tratos e o desrespeito sofridos pelos colonos por parte dos patrões, a impossibilidade de ascensão socio-econômica dado que a imigração era voltada para o trabalho na terra e não para a posse da terra, a existência de parentes já estabelecidos na cidade que constituíam uma rede de solidariedade para os que chegavam, as oportunidades existentes na cidade enquanto centro capitalista agenciador das atividades agrícolas, etc.

No segundo capítulo, “Escassez e instabilidade do emprego fixo em São Paulo”, Maria Inez mostra como também na cidade os setores da indústria, do comércio e dos serviços (com destaque para os domésticos) não estavam aptos a absorver este fluxo intenso de mão-de-obra. Nos três casos, o que existia eram estabelecimentos pequenos que funcionavam essencialmente à base do trabalho

familiar. Quando por ventura a contratação ocorria, os problemas continuavam. Os salários eram muito baixos, ou até mesmo pagos em espécie, quando não havia atraso ou descontos que os reduziam a quase nada. Além disso, em caso de falência do estabelecimento, de doença ou velhice dos trabalhadores, estas pessoas não tinham qualquer garantia. É interessante destacar que, ao descrever esta situação, a autora chama atenção para certos processos mais sutis que a perpassam, como a relação do empregado com o empregador que é ao mesmo tempo seu patrão, tutor e filantropo; ou como o papel dos empregados domésticos na socialização das crianças burguesas.

No terceiro capítulo, “Pequenas ocupações autônomas e trabalho informal: a economia inviável”, a idéia é de que devido à instabilidade estrutural associada às crises conjunturais do mercado de trabalho urbano, surge paralelamente a ele uma rede informal de atividades. A autora então relata e comenta estas diversas atividades: o artesanato, as pequenas “oficinas” (vidraçarias, carpintarias, ferrarias, ourivesarias, sapatarias, tinturarias), as pensões, o comércio ambulante (vendedores de leite, queijos, verduras, frutas, aves, ovos, peixes, miúdos de carne, carvão, lenha, gelo, balaios, vassouras, aviamentos, tecidos), as pequenas chácaras, os prestadores de pequenos consertos (pedreiros, eletricitas, encanadores, amoladores, empalhadores de cadeiras), os compradores de sucata, os prestadores de serviços de transporte (cocheiros, charreteiros, carregadores), os que faziam serviços temporários (jardineiros, capinadores, enceradores), os comerciantes de “quitutes” (sorveteiros, pasteleiros, castanhas



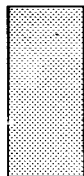
assadas, pizzas), os artistas ambulantes... Como pode-se notar a lista é riquíssima, tal qual os comentários que Maria Inez faz sobre cada uma destas atividades, entre elas, o de que frequentemente cada uma destas estava relacionada com um grupo de imigrantes e, portanto, marcada por suas tradições.

No quarto capítulo, “Pobreza e formas marginais de sobrevivência”, a autora opta pela interpretação de que a pobreza está relacionada com a criminalidade. Entretanto, vê o crime do pobre como uma consequência natural e uma forma de resistência à sua situação. Para tanto retoma autores como Eric Hobsbawm e Michel Foucault. Neste sentido, fala dos pequenos furtos cometidos nas fábricas pelos operários e pelos empregados domésticos nas residências, como compensações pelos baixos salários e más condições de trabalho. Mas também neste registro, explica a profissionalização do crime. São bastante interessantes as descrições dos trombadinhas (batedores de carteiras), dos vigaristas (aplicadores do “conto-do-vigário”), dos falsificadores de dinheiro. Há referências à prostituição das mulheres e à utilização de crianças no crime. Fala-se também do jogo e da mendicância. Além disso, é mostrada a relação entre a criminalidade e a polícia e os comerciantes.

No quinto capítulo, “Trabalho temporário, ritmo de vida e lazer”, Maria Inez traz uma idéia muito atraente: os trabalhadores informais, por não estarem submetidos à organização disciplinar do trabalho, têm uma noção de tempo e espaço alternativa onde trabalho e lazer se misturam e se completam, criando uma nova sociabilidade. O

trabalho se desenvolve em períodos irregulares e alternando diversas atividades, o que a autora faz questão de destacar, não quer dizer que estes trabalhadores sejam vadios, como o imaginário da época supunha. Maria Inez mostra que, ao contrário, eles “trabalhavam duro”, só que o próprio tipo de ocupação exigia que algum tempo fosse dispensado para a conversa com os colegas – para saber onde havia trabalho disponível – e com a freguesia – para garantir a preferência. Nestas conversas, a autora vê simultaneamente o conformismo e a resistência dos trabalhadores a sua situação. Além disso, a presença deles significava também a quebra da rotina dos outros habitantes da cidade, que paravam suas atividades para comprar dos vendedores ambulantes ou para observar os artistas ambulantes, por exemplo. Um fato interessantíssimo é a descrição daqueles trabalhadores que, para se distinguirem da concorrência, recorriam a falas e a gestos, geralmente marcantes de sua nacionalidade, criando verdadeiros “tipos” conhecidos pela cidade inteira. A autora chama a atenção, mostrando que isso propiciava um contato espontâneo de toda a população com a diversidade cultural existente. Também é neste capítulo que o lazer popular propriamente dito é abordado: as pescarias e piqueniques às margens do Tietê, os passeios a cavalo, as andanças pelas matas, e, é claro, o futebol e os bailes. Quanto a este último entretenimento, a autora faz uma longa discussão sobre os tipos de clubes onde se realizavam e sobre os estilos musicais que os animavam.

Retomando assim a constituição do livro, fica evidente, por um lado, a multiplicidade de



temas que são tratados, e por outro, o fio condutor que explica todos eles. Há entretanto algumas ambigüidades. Nos primeiros capítulos a ênfase é de que uma certa situação social, econômica e política (no campo – dada a política imigrantista – e na cidade – dada a insuficiência e a instabilidade do mercado formal de trabalho) gera o surgimento de um mercado informal de trabalho que, por não satisfazer plenamente as necessidades daqueles que a ele se voltam, faz da criminalidade uma possibilidade. Entretanto, ao construir este fio

explicativo, a autora vai nos mostrando todo um mundo que, mais do que de necessidades, é feito de criação, e esta é a ênfase que perpassa todo o livro e define o último capítulo.

Assim, mesmo para aqueles que não concordam com sua abordagem teórica, *Cotidiano e Sobrevivência* é referência para quem já iniciou um trabalho sobre algum destes temas e também um convite para que novas pesquisas sejam feitas, abordando cada um destes temas mais detalhadamente. ■